



A VOZ ROUCA #21

QUE NÃO SE CALA

maio de 2023



Violência nas escolas

e a importância dos espaços coletivos

Nunca foi tranquilo trabalhar em escola. Sempre tivemos que lidar com muitas demandas dentro e fora da sala de aula. Porém, os últimos anos têm apresentado desafios para além de salas lotadas, excesso de trabalho, cansaço e baixa remuneração. O retorno da pandemia evidenciou que tanto os alunos quanto os trabalhadores da educação estão cada vez mais adoecidos. Isso ficou ainda pior com os ataques violentos a funcionários e alunos, que criaram um clima de medo sem precedentes em creches e colégios.

Quem esperaria, há poucos anos, receber em reunião pedagógica um comandante da Polícia Militar para uma formação sobre como neutralizar um agressor em caso de massacre? A delicada situação social em que nos vimos imersos em abril de 2023 aprofunda e escancara as precariedades do trabalho docente.

Nos últimos anos, uma série de movimentos coordenados vem minando a vida na escola. Por um lado, grandes conglomerados avançam sobre a educação e nossa rotina de trabalho vai sendo cada vez mais tomada por métricas empresariais. Por outro, os vínculos entre colegas, alunos e famílias foram sendo desagregados pela perseguição promovida pelo Escola sem Partido, as dificuldades do ensino remoto, o retorno traumático na pandemia e a reforma do Ensino Médio, que esvazia o currículo e o sentido da escola para os alunos, especialmente na rede pública. Silenciados, professores passaram a assistir atônitos à captura de jovens estudantes por discursos extremistas.

Temos lido todos os dias na imprensa, visto na televisão e escutado em podcasts, sobre a importância de acolher e cuidar dos alunos. Em contrapartida, pouco se fala de como os educadores retornaram para as escolas: o aumento do estresse, a perda de convívio, estudantes com novas e desafiadoras dificuldades... tudo isso impactou profundamente quem trabalha em sala de aula. Em muitos colégios, temos nos deparado com uma baixíssima tolerância com os educadores, um aumento das demissões no meio do semestre e desligamentos após períodos de afastamento por motivos de saúde.

Com a disseminação de ameaças de ataques pelas redes, no dia 20 de abril, o medo promoveu o esvaziamento das escolas, cenário que contrasta com um passado próximo. Em 2015 e 2016, as ocupações secundaristas encheram de vida as escolas públicas, subitamente tomadas pelos alunos e pela comunidade. Também durante as greves da rede privada de 2017, 2018 e 2019, fomos nós, professores, que paramos as aulas – não por medo, mas com coragem e solidariedade. Em muitos bairros, professores, pais e alunos se juntaram em praças para aulas públicas para garantir condições dignas para os trabalhadores da educação.

Frente ao medo e à violência na escola, é preciso reforçar a importância dos nossos espaços coletivos. Por isso, alguns de nós decidimos retomar o boletim A Voz Rouca.

A Voz Rouca surgiu em 2016, quando colegas que trabalhavam em diferentes colégios se reuniram para conversar sobre a piora das nossas condições de trabalho. Entre 2017 e 2020, editamos 20 números deste boletim, que tinha como objetivo compartilhar denúncias e relatos de luta e organização no dia a dia das escolas.

Naquele momento, víamos a compra de colégios por grandes empresas, a ampliação do uso de novas tecnologias, o aumento do controle sobre a sala de aula

e a precarização dos contratos como tendências que aproximariam, a médio prazo, os problemas dos trabalhadores do ensino público e privado.

Assim como outros espaços, nos desarticulamos durante a pandemia. Agora, diante do cenário de terror do “novo normal” na escola, sentimos a necessidade de voltar a conversar coletivamente sobre o nosso cotidiano. Se você acha que essa ideia faz sentido, envie relatos de sua escola ou entre em contato conosco para participar das reuniões!

Kafka e o NEM

Pra quem entra no Ensino Público do Estado de São Paulo como categoria O a situação já é bastante hostil há anos. Mas chegar em meio à reforma do Ensino Médio torna a coisa ainda mais desesperadora, com um tom de completa insanidade.

Tudo bem que o professor contratado nunca pôde esperar muito apoio da máquina falida do ensino público, na qual a sobrecarga de trabalho e o acúmulo de funções tornam quase impossível tratar do lado pedagógico do trabalho docente. Tendo vencido a burocracia kafkiana do processo de atribuição, mesmo quem nunca pisou numa sala de aula, é simplesmente jogado ali dentro, sem maiores expectativas além de manter os alunos dentro da sala por 45 minutos. Realizar ou não uma experiência de aprendizado ali dentro é quase questão de idealismo.

Mas o que encontramos agora vai além da falta de orientação: é a comunicação franca e desesperada de que o Itinerário Formativo que devemos ensinar não faz o menor sentido, e ninguém sabe o que fazer a respeito: – Boa sorte, professor!

Da coordenação à direção, dos estudantes e professores aos funcionários da limpeza e da cantina, a sensação é de um grande delírio coletivo, no qual a crítica está dada, o absurdo está posto, mas não existe saída. A roda invisível da burocracia falida ronda o cotidiano como uma piada de mau gosto.

Assistente administrativo?

Uma grande escola privada foi denunciada no Sinpro por um problema antigo: a contratação de auxiliares, assistentes ou monitores pedagógicos como funcionários administrativos.

Mesmo realizando atividades típicas dos docentes, como elaboração e correção de atividades, trabalhando dentro de sala e por vezes ministrando aulas, os assistentes ficam de fora da convenção coletiva dos professores. Ou seja, não têm direito a dois meses anuais de descanso, não participam do regime de aposentadoria especial, não têm semestralidade, nem garantia de bolsa integral para os filhos. Como se não bastasse, podem ser submetidos ao regime de banco de horas e chamados para trabalhar aos finais de semana sem receber hora extra.

Essa situação é a regra em muitos colégios privados há tempos. A denúncia recente sugere uma perspectiva para alterar esse quadro: cobrar do próprio sindicato dos professores a inclusão dos assistentes – afinal, a convenção diz abranger “todos aqueles que exercem a atividade docente” ou “outras atividades pedagógicas”, “independentemente da denominação sob a qual a função de ministrar aulas for exercida”.

Como é a situação dos assistentes onde você trabalha? Envie seu relato!

Bora colocar os assistentes de diferentes escolas em contato para pensar possibilidades de mobilização coletiva.

